

Ministro contra estatizar saúde

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, é totalmente contrário à estatização dos serviços de saúde, tese aprovada por maioria de votos pelos delegados presentes à 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada semana passada em Brasília. Entende o ministro que "estatização da saúde é um falso debate, completamente irrealista, além de inviável nas atuais circunstâncias sanitárias do País".

Para Raphael de Almeida Magalhães, essa é uma "questão ideológica", e como tal representa um desvio que não atende às necessidades básicas da população. Ele defende a manutenção das regras já existentes que fixam números de leitos, quer privados como públicos, de acordo com a população local, e a melhoria dos serviços mantidos pelo Estado

que em sua opinião deixam muito a desejar.

Nesse sentido, a municipalização dos atendimentos com o aproveita-



Arquivo

Ministro da Previdência

mento da rede pública foi apontada pelo ministro como a melhor saída para melhorar o serviço à população, o que não significa que a iniciativa privada deva ser alijada do sistema nacional. Pelo contrário, o ministro da Previdência entende que em Estados como São Paulo, onde a rede privada de hospitais é responsável por mais de 80% do atendimento à população é totalmente impossível reverter a situação, mediante a estatização dos serviços.

Ele acha que o número de leitos existentes no Brasil é suficiente para atender bem a população e que todo o problema reside na má gerência do setor. A seu ver, a melhoria do atendimento poderá ser conseguida por meio da integração dos serviços nos níveis federal, estadual e principalmente municipal, além da fixação do médico num mesmo local de trabalho.

Isso o ministro disse que já está

sendo implantado em caráter experimental no Distrito Federal, devendo ser ampliado em breve para o Piauí e um município do Rio de Janeiro, provavelmente Nova Iguaçu ou Caxias, como também ao Paraná. A municipalização, no entender do ministro da Previdência Social, inclui, também o programa de alimentação básica, medicação e campanhas de vacinação, tudo isto com uma única gestão financeira e administrativa.

CRENCIAMENTOS

O ministro também é contra o congelamento dos credenciamentos dos serviços e médicos, aprovado na Conferência Nacional de Saúde, por entender que isso não passa de pura estatização. Ele é favorável ao credenciamento onde realmente haja necessidade de mais hospitais e médicos, porém negou que esteja sendo pressionado a abrir os credenciamentos indiscriminadamente no País.